



Lucro do Bradesco chega a quase R\$ 20 bi

E meio à crise e a fome no país, banco obtém resultados maiores do que estava obtendo antes da pandemia



O O banco Bradesco obteve lucro líquido recorrente de R\$ 19,602 bilhões nos nove primeiros meses de 2021, crescimento de 54,9% em relação ao mesmo período de 2020. No 3º trimestre, o lucro foi de R\$ 6,767 bilhões, alta de 7,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado do banco -ROE) foi de 18,3%, com alta de 5,4 pontos percentuais (p.p.) em doze meses.

O resultado é melhor, inclusive, do que o dos períodos que antecederam a pandemia.

Segundo o banco, é reflexo da melhora da atividade econômica, do resultado obtido com as operações de seguros, que evoluíram mais de 100% no trimestre, da alta das receitas com margem financeira com clientes e prestação de serviços, além das menores despesas com PDD.

“O resultado do banco foi excelente e seria motivo de a gente ficar feliz por o país estar se recuperando. Mas, a realidade é bem diferente. A fome voltou ao Brasil! E o banco, não tem sequer vergonha de dizer que um dos motivos de seu astronômico crescimento é a

cobrança de tarifas por prestação de serviços dos brasileiros. Isso faz com que, ao invés de felizes com o crescimento do lucro do banco, a gente fique triste”, lamentou a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, Magaly Fagundes. “Ficamos ainda mais tristes quando vemos que não apenas o Bradesco, mas os bancos de uma forma em geral, lucram muito mesmo com a imensa crise que vive o país e o mundo. Este não é o sistema financeiro que a gente quer! Este não é o sistema financeiro que o Brasil precisa!”, completou.

A receita obtida pelo Bradesco com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 5,3% em doze meses, totalizando R\$ 20,4 bilhões. Esta é uma fonte secundária de receitas do banco. O valor é muito grande, porém muito menor do que os obtidos pelo banco com suas principais transações financeiras. Mas, mesmo com este valor “secundário”, o banco consegue pagar todas as despesas de pessoal e ainda sobra 38,3%.

Demissões e fechamento de agências

Nos últimos três meses, o banco abriu 374 postos de trabalho. Mas, se olharmos a quantidade de vagas fechadas no decorrer de um ano, veremos que a verdade é que banco vem reduzindo seu quadro de funcionários. Ao final de setembro de 2021, a holding contava com 87.736 empregados no país, com fechamento de 8.198 postos de trabalho em doze meses.

E os clientes, como demonstra o relatório do próprio banco, estão pagando cada vez mais tarifas, têm menos trabalhadores para atendê-los e também menos agências para procurar em caso de necessidade. Em doze meses, foram fechadas 765 agências e 120 postos de atendimento (PA).

“O lucro do banco foi expressivo em todas as operações. Não se justifica a redução do quadro de funcionários e o fechamento de agências”, disse Magaly.

Carteira

A carteira de crédito expandida do banco cresceu 16,4% em doze meses, atingindo R\$ 773,3 bilhões. As operações com pessoas físicas (PF) cresceram 24,7% no período, totalizando R\$ 303,5 bilhões, com destaque para o financiamento imobiliário (+41,3%), cartão de crédito (+26%) e o crédito consignado (+24,2%). As operações com pessoas jurídicas somaram R\$ 469,8 bilhões no país, com alta de 11,6% em doze meses. Nesse segmento, destacaram-se o crédito rural (+41%), o CDC/Leasing (+31,7%) e o financiamento imobiliário (+18,4%). O Índice de Inadimplência para atrasos superiores a 90 dias subiu 0,3 p.p., ficando em 2,6% no 3º trimestre. As despesas com provisão para devedores duvidosos (PDD) foram reduzidas em 47% em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R\$ 11,1 bilhões em setembro de 2021.

Veja abaixo a tabela resumo do balanço elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Fonte: CONTRAF

Itens	(R\$ milhões)		
	9meses2021	9meses2020	Varição
Ativos Totais	1.667.643	1.591.039	4,3%
Carteira de Crédito Expandida	773.323	664.414	16,4%
Patrimônio Líquido	147.606	137.461	7,4%
Lucro Líquido Recorrente	19.602	12.657	54,9%
Rentabilidade (LL/PL)	18,3%	12,9%	+5,4 p.p.
Receita com Operações de Crédito	55.765	55.071	1,3%
Resultado com TVM e Derivativos	20.020	22.284	-10,2%
Resultado com Câmbio	2.238	5.429	-58,8%
Resultado com Seguros, Previdência e Capitalização	6.636	3.118	112,8%
Despesas com Captação no Mercado	23.199	20.848	11,3%
Despesas com Empréstimos e Repasses	4.606	17.884	-74,3%
Despesas com PDD	11.068	20.891	-47,0%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	46.030	13.612	238,2%
Rec. Prest. Serviços + Rendas de Tarifas (RPS)	20.407	19.382	5,3%
Despesa de Pessoal + PLR	14.757	14.312	3,1%
Cobertura (RPS/DP)	138,3%	135,4%	+2,9 p.p.
Resultado antes da Tributação e Contribuições	27.401	-4.508	-
Impostos e Contribuições	-8.466	15.732	-
Taxa de Inadimplência - Brasil (90 dias)	2,6%	2,3%	+0,3 p.p.
Índice de Basileia	15,2%	15,1%	+0,1 p.p.
Agências	3.030	3.795	-765
Postos de Atendimento (PA)	3.838	3.958	-120
Unidades de negócio	967	574	393
Empregados	87.736	95.934	-8.198

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Bradesco (3º trimestre de 2021).

Elaborado pela Rede Bancários – Dieese.

Sindsegur notifica Megafortes devido atraso de vale alimentação



28 O papel do sindicato é defender o trabalhador, diariamente a direção do Sindsegur está notificando e denunciando empresas que descumprem direitos trabalhistas e cobrando que as mesmas assumam as suas responsabilidades com os vigilantes.

Por isso, na manhã desta terça-feira, 9 de novembro, representantes da nossa entidade notificaram a empresa Megafortes e

reivindicaram o pagamento do vale alimentação dos vigilantes da Seta Engenharia que estão a dois meses sem receber o devido benefício.

A nossa entidade sindical está atenta e sempre na luta para preservar os direitos dos vigilantes patrimoniais do RN. Junte-se à nós e ajude a fortalecer a batalha diária por respeito e valorização profissional.

FONTE: [sindsegur](#)

Sindsegur realiza 8º Encontro da Mulher Vigilante



8º Encontro da Mulher Vigilante do RN, que ocorreu nos dias 30 de outubro e 7 de novembro na área de Lazer do Sindsegur, reuniu dezenas de trabalhadoras da vigilância patrimonial.

Esse foi o primeiro encontro realizado da área de lazer da nossa entidade e teve como tema:

Esporte, Saúde e lazer. Foram dois sábados de lazer para as vigilantes com música ao vivo, churrasco, dança e sorteio de brindes.

A nossa luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional também inclui a preocupação com a qualidade de vida das trabalhadoras e seus familiares. Esta é uma das atividades de lazer que busca valorizar ainda mais a nossa categoria.

A coordenadora geral do Sindsegur, Dalcilene Cabral, fez a abertura do evento com uma saudação às mulheres vigilantes e falou sobre a importância do encontro, que é organizado todos os anos pelo nosso sindicato. O objetivo é reafirmar a luta e fortalecer o debate sobre a mulher trabalhadora.

FONTE: [sindsegur](#)

LIVE

Tema **Campanha Salarial 2021/2022**

Márcio Figueredo
Sindfortern
Entidade Sindical

Dr. Benedito Oderley

Iran Marcolino

@Sindfortern

19h30 | 11/11

Deputada bolsonarista quer acabar com a infância legalizando o trabalho infantil

PEC propõe que menores a partir de 14 anos, trabalhem. Para secretário de Relações de Trabalho da CUT, lugar de criança é na escola. MPT diz que governo quer acabar com aprendizagem



VALTER COMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

Após dez anos na gaveta, a presidenta da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, Bia Kicis (PSL), bolsonarista de carteirinha, quer retomar a análise uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2011, que permite o trabalho a partir de 14 anos de idade.

O texto está pautado para ser votado na terça-feira (9), na CCJ. Caso seja aprovado pode ser levado ao plenário da Casa para votação.

Desde o golpe de 2016, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras vêm sendo atacados com medidas como as reformas Trabalhista de 2017, do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), e a da Previdência, em 2019, de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Agora, os aliados do governo querem colocar em risco o direito das crianças de estudar, se desenvolver para enfrentar os desafios da vida adulta.

Como disse o Papa Francisco, o trabalho infantil é um flagelo que fere o desenvolvimento harmonioso das crianças.

Na última quarta-feira (3), a CCJ votou um requerimento de retirada da proposta da pauta. Dos 50 parlamentares que compõem a comissão, apenas 19 deputados votaram sim, pela retirada da proposta; 30 votaram não, permitindo que a PEC do trabalho infantil vá adiante.

A proposta é repudiada pelo secretário de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento, e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Coordenadora Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do MPT, Ana Maria Villa Real, acredita que esta proposta tem apoio do governo federal.

Embora não afirme, a suspeita da procuradora pode estar amparada nas declarações de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Em várias ocasiões, o presidente defendeu o trabalho infantil, dizendo coisas como “deixa o moleque trabalhar. Molecada quer trabalhar, trabalha”. Bolsonaro se referiu ao caso de um menino de Catalão, em Goiás, que quis comprar um relógio de presente de Dia dos Pais para o tio, que ele considera como pai. O dono decidiu não cobrar pelo relógio e disse ao menino que continuasse trabalhando. “Deus tem projeto na sua vida, que Deus vai te fazer um grande homem e que o trabalho dignifica”, falou o dono, que foi convocado pelo Ministério Público do Trabalho a prestar esclarecimentos.

Em uma live, Bolsonaro disse: “Deixa o moleque trabalhar. Eu trabalhei, aprendi a dirigir com 12 anos. Molecada quer trabalhar, trabalha. Hoje, se está na Cracolândia [em São Paulo], ninguém faz nada com o moleque”.

Para a procuradora do MPT, além da discriminação com a pobreza, já que há o discurso da direita de que menores de idade de baixa renda, oriundos de famílias pobres tendem à criminalidade é recorrente, há interesse de empresários em acabar com a aprendizagem.

“A proposta é uma falsa oportunidade para os jovens de famílias pobres”, afirma Ana Maria.

“Como o Estado não tem política pública voltada para eles, quer que sustentem suas

próprias famílias. Um trabalho mecanizado, sem oportunidade de aprendizado só vai aumentar a evasão escolar que subiu de 1 milhão, em 2019, para 5 milhões este ano”, acrescenta.

A procuradora defende o programa jovem aprendiz que determina que empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. O jovem tem contrato especial de trabalho assinado e deve cursar o ensino fundamental ou médio.

“Por trás desta PEC, está o esvaziamento da aprendizagem profissional, com a transferência da responsabilidade do Estado para o adolescente de baixa renda. O trabalho tem impacto na educação e a aprendizagem faz que o adolescente frequente a escola, porque isso é uma exigência do programa. Essa proposta libera o trabalho infantil, sem contrapartida da criança estar na escola”, diz a procuradora do MPT.

Ana Maria lembra que o Brasil é signatário da convenção nº 138 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), na qual se comprometeu a aderir à política de elevação da idade mínima do trabalho, e elevar progressivamente a idade mínima coincidindo com a escolaridade obrigatória. E como o ensino obrigatório no Brasil vai da educação básica ao médio, de 4 a 17 anos, então, a idade mínima para o trabalho deve coincidir com essa faixa etária.

Essa permissão de trabalho infantil, sem qualificação profissional, que não obriga o adolescente a ir à escola, vai impactar no rendimento escolar, e só a educação quebra o ciclo da pobreza- Ana Maria Villa Real

Para o dirigente da CUT, Ari Aloraldo, o governo Bolsonaro e seus aliados tentam mais uma vez, com a desculpa de empregar os jovens, como no programa da Carteira Verde e Amarela, não aprovado pelo Congresso, resolver a crise do desemprego abrindo vagas precarizadas e que não atendem as necessidades de milhões de desempregados.

“Um adolescente de 14 anos ainda está se formando física e intelectualmente. Ele tem de estar na escola, se preparando para ter uma profissão e uma vida mais digna. A desculpa de que pela proposta esse jovem irá trabalhar

meio período se choca com o fato de que as vagas que poderão ser oferecidas não ajudarão na qualificação profissional dele”, critica Ari.

Outro fato que coloca a CUT em posição contrária à PEC, é que mais uma vez serão os filhos dos pobres e desempregados que irão buscar no mercado de trabalho um mínimo de sustento que deveria ser provido pelo Estado.

“Bolsonaro acabou com o Bolsa Família, cujo requisito para os pais receberem era a criança frequentar uma escola. Não é o filho do juiz, o do militar de alta patente e do presidente da República, que vão ocupar essas vagas sem qualidade. Eles podem começar a trabalhar aos 30 anos e já ganhando bons salários, porque seus pais são privilegiados e podem oferecer uma educação de qualidade e uma boa alimentação. Coisa que hoje no Brasil se tornou raridade, com 19 milhões de pessoas passando fome”, diz o dirigente.

O trâmite da PEC 18/2011

A PEC do trabalho infantil, de autoria do ex-deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), chegou a ser arquivada, mas em 2019 foi desarquivada. À época, o atual ministro da Cidadania, então deputado, João Roma, como relator, se posicionou contra, mas agora Bia Kicis retoma a proposta.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) debateu o tema da redução da idade para o trabalho no Brasil nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2096. Nela a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pedia a inconstitucionalidade da Emenda 20/1998, que aumentou a idade mínima do trabalho de 14 para 16 anos.

O então ministro Celso de Mello, ao proferir o voto condutor que levou à improcedência, por unanimidade, da ação que pedia a inconstitucionalidade da Emenda n. 20/1998, acentuou, com propriedade, que impor o trabalho a pessoas com menos de dezesseis anos para afastar o adolescente pobre da marginalização e da delinquência seria sacrificar o melhor interesse da criança com o fim de preservar a paz e a segurança jurídica.

Assinalou que essa equivocada visão de mundo, além de fazer recair sobre a criança e o adolescente indevida e preconceituosa desconfiança motivada por razões de índole financeira, configura manifesta subversão do

papel constitucionalmente atribuído à família, à sociedade e ao Estado, a quem incumbe, com absoluta prioridade, em relação à criança e ao adolescente, o dever de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

“Essa PEC fere a infância, transfere a responsabilidade do Estado de ter políticas públicas para a criança sustentar sua família”, conclui a procuradora do MPT.

Manifesto contra a redução da idade mínima para o trabalho, elaborado pela Rede Nacional de Adolescentes e Jovens do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Comitê Nacional de Adolescentes na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (CONAPETI), já tem mais de mil assinaturas. A ideia é entregar o manifesto para os parlamentares.

Câmara está fazendo uma enquete sobre a PEC 18. Todos podem votar contra essa medida nefasta. Basta acessar o link da enquete e votar.

Os números do trabalho infantil no Brasil

Segundo a CONAPETI, a faixa etária que mais sofre acidentes de trabalho é de 14 a 17 anos, com 28.536 casos. Os adolescentes que trabalham também são os que mais deixam as salas de aulas. Em 2019, segundo o IBGE, a evasão escolar foi quatro vezes maior entre quem trabalham.

96,6% da população total de crianças e adolescentes, de cinco a 17 anos, é formada por estudantes, enquanto entre os trabalhadores infantis a estimativa é de 86,1%. A diferença é mais evidente no grupo etário de 16 e 17 anos. Enquanto 85,4% da população total nessa faixa etária frequentava a escola, somente 76,8% dos adolescentes em situação de trabalho infantil estudavam.

Outro dado revelador das condições precárias de trabalho de crianças e adolescentes é que em 2019, havia 1,768 milhão de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária.

A maior concentração de trabalho infantil está na faixa etária entre 14 e 17 anos, representando 78,7% do total. Já a faixa de cinco a 13 anos representa 21,3% das crianças exploradas pelo trabalho infantil.

FONTE: CUT

Salário mínimo necessário deveria ter sido de R\$ 5.518,79 em outubro, aponta Dieese



O salário mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas deveria ter sido R\$ 5.886,50 em outubro, de acordo com os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos resultados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

O valor do salário mínimo ideal, que corresponde a 5,35 vezes o piso nacional atual (R\$ 1.100), foi calculado com base na cesta básica mais cara entre as 17 capitais pesquisadas pelo Dieese, que foi a de Florianópolis: R\$ 700,69. A cesta com menor preço foi a de Aracaju, de R\$ 464,17.

Em outubro, quem ganha um salário mínimo consumiu quase 60% da renda líquida para comprar os 13 produtos da cesta, que são: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo e manteiga.

Segundo os dados divulgados pelo Dieese nesta sexta-feira (5), em outubro o custo médio da cesta básica aumentou em 16 capitais – a exceção foi Recife (-0,85%). As maiores altas foram registradas em Vitória (6%), Florianópolis

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

(5,71%), Rio de Janeiro (4,79%), Curitiba (4,75%) e Brasília (4,28%).

No ano, o aumento vai de 1,78% (Salvador) a 18,42% (Curitiba). Já no acumulado em 12 meses, o preço médio da cesta básica sobe até 31,65% (Brasília). Três capitais têm acima dos 20%: Campo Grande (25,62%), Curitiba (22,79%) e Vitória (21,37%). Em São Paulo, a cesta aumentou 3,02% em outubro, 9,87% no ano e 16,43% em 12 meses.

Horas trabalhadas para comprar a cesta

O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta aumentou para 118 horas e 45 minutos. Três horas e 43 minutos a mais do que no mês anterior. Quem ganha o salário mínimo gastou o equivalente a 58,35% de sua renda líquida para comprar os alimentos básicos – em setembro o percentual ficou em 56,53%.

O que subiu mais

A batata subiu de preço nas 10 capitais dos estados do Centro-Sul, onde a pesquisa é feita. O aumento variou de 15,51% (Brasília) a 33,78% (Florianópolis).

O quilo do café subiu em 16 capitais. A alta chegou a 10,14% em Vitória e a 10,06% no Rio de Janeiro.

O quilo do tomate subiu em 16 capitais, chegando a 40,16% em Brasília, 42,16% em Natal, 44,83% em João Pessoa e a 55,54% em Vitória.

O preço do açúcar aumentou em 15 capitais e o do óleo de soja, em 13, enquanto leite e manteiga subiram em 11 cidades. Já o preço do feijão diminuiu também em 11 capitais.

Foto: Roberto Parizzotti

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF